

Editorial

Cara leitora, caro leitor, com satisfação trazemos a público mais um número da revista *Educação em Foco*, uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais.

Neste número, a educação se apresenta ao debate público na perspectiva da investigação, das práticas pedagógicas, dos seus sujeitos, da gestão escolar e da História da Educação. São diferentes abordagens teóricas e metodológicas que tomam a educação como objeto privilegiado e que, certamente, permitem um maior aprofundamento acerca do conhecimento sobre esse campo que tem se tornado a cada dia, com mais intensidade, alvo das mais duras críticas e ataques, o que evidencia a necessidade de se reafirmar a todo instante o que é a educação neste país, a partir dos sujeitos que a praticam e daqueles que a investigam. São essas as narrativas que precisam ser difundidas de modo a desnudar os discursos falaciosos que buscam desqualificar o trabalho dos professores e, bem assim, desqualificar a educação.

Iniciamos com o artigo de Karina Augusta Limonta Vieira, “Hermenêutica na educação: um método para a compreensão da realidade educacional”, que discute a potencialidade da hermenêutica como método de investigação da educação. A autora mostra de que modo a hermenêutica se distingue de outras abordagens teóricas e das práticas inerentes à pesquisa qualitativa e, revisitando a literatura alemã sobre o tema, destaca sua potencialidade para as pesquisas da área das Humanas e, em especial, da educação, esclarecendo os seus principais conceitos e regras e aplicações no estudo da formação humana.

Na sequência, o artigo “Os sentidos e significados constituídos por uma professora sobre o trabalho com leitura na sala de aula”, de autoria de Antônia Batista Marques, Elza Helena da Silva Costa Barbosa, Janaína de Assis Cortez, nos coloca diante dos sentidos e significados constituídos por uma professora da rede pública de ensino acerca do trabalho com a leitura numa sala de aula do primeiro ano do Ensino Fundamental. Adotando o referencial epistemológico e metodológico da Psicologia sócio-histórica, as autoras analisam a prática pedagógica da professora e discute sobre a sua concepção de leitura, as dificuldades no trabalho com a leitura em sala de aula, bem como sobre as estratégias construídas para o enfrentamento dessas dificuldades.

Outro trabalho que se dedicou à análise da prática pedagógica de professoras dos anos iniciais foi o estudo de Andréa Tereza Brito Ferreira e Sirlene Barbosa de Souza,

intitulado “O ‘saber ser’ e o ‘saber fazer’ de duas professoras dos anos Iniciais: o gênero profissional em questão”. A pesquisa, de natureza empírica e fundamentada em autores que discutem sobre a formação profissional de docentes, utilizou procedimentos da etnografia escolar com objetivo de conhecer a relação que as duas professoras estabeleciam entre os seus saberes individuais e sociais. A análise comparativa entre ambas evidencia, entre outras, similitude nas ações táticas de ensino, construídas nas relações sociais e individuais, mas também que os saberes por elas mobilizados resultavam das experiências práticas desenvolvidas no cotidiano da profissão, nas trajetórias pessoais e de formação, guardando as marcas da singularidades de cada uma delas.

O artigo de Marta Regina Furlan de Oliveira, intitulado “A (des) autoridade pedagógica nos espaços formativos para a primeira infância: da tradição à modernidade”, nos convida a repensar o trabalho educativo voltado à primeira infância, na Educação Infantil. Amparada por uma leitura crítica, propõe um estudo bibliográfico que toma como objeto de investigação o tema da “autoridade” pedagógica dos professores, em especial a partir da obra de Hanna Arendt, que o analisa na relação com a tradição e a modernidade. Oliveira, chama a atenção para a necessidade de se cultivar o pensar e o agir críticos, tanto no âmbito da formação docente quanto no da formação da criança como sujeito ético, crítico-reflexivo, capaz de pensar para além dos limites dos conhecimentos e saberes escolares.

A educação, nesta edição também é discutida sob a perspectiva das políticas educacionais e da História da Educação. Sobre a primeira, Rita de Cássia de Souza e Sabrina Fadel, no artigo “Jardim da Manga: nascimento e morte de uma experiência de implantação da Pedagogia Waldorf em uma escola pública”, acompanham todo esse processo, em uma escola da rede pública municipal da cidade mineira de Ubá, e discutem sobre as controvérsias do processo, que envolveram questões como a autonomia da escola pública e dos profissionais da educação. Por meio de uma pesquisa qualitativa, as autoras ouviram os partícipes envolvidos na implantação da proposta, destacando a gênese de sua criação, no interior da Secretaria de Educação do município, os debates e embates na tentativa de incorporação dessa Pedagogia na formação dos docentes, nos currículos e nas práticas pedagógicas das escolas, em especial da Educação Infantil. Constaram inúmeras tensões e resistência na execução dessa proposta, tanto na relação com a comunidade quanto entre os professores que avaliavam o caráter impositivo da política, o que acabou implicando na liberdade de

escolha de todos os envolvidos no processo e, bem assim, no fracasso da iniciativa.

Outra abordagem que privilegia a dimensão da gestão educacional encontra-se no artigo de Rita de Kassia Candido e João Augusto Gentilini, “Gestão educacional e escolar e a qualidade do ensino”. Nesse trabalho, os conceitos de gestão e de qualidade são discutidos com base na literatura do campo da Administração e da educação remontando aos estudos da década de 1960 até o final dos anos de 1990, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, possibilitando, nesse sentido, uma reflexão sobre as implicações da implantação de uma nova ordem democrática na educação.

Em “Escolas do campo: caminhos possíveis para a superação da lógica capitalista”, Claudemir Lourenção, Fernando Rasnheski e Ilma Ferreira Machado, discutem sobre a escola na sociedade capitalista e, em particular, sobre a escola do campo e os elementos que a constituem. Tomando como objeto de reflexão o livro didático e, bem assim, o currículo, os autores apontam as necessárias mudanças pelas quais a escola precisa passar no sentido de promover um rompimento com a forma escolar vigente. Para os autores, as mudanças somente são possíveis se a transformação da escola se constituir como luta coletiva

Esta edição também nos convida a conhecer um pouco mais sobre a história dos colégios privados destinados à educação das elites brasileiras, desde meados do século XIX. Desse modo, o artigo de Paula Leonardi, intitulado “Memória, monumentos e educação: a distribuição no espaço e no tempo dos colégios católicos na cidade do Rio de Janeiro”, realiza uma cartografia das escolas e colégios católicos distribuídos pela cidade do Rio de Janeiro entre 1858 e 1930, evidenciando a estreita relação entre a localização dessas instituições e a mobilidade das elites cariocas, bem como as reformas urbanísticas e educacionais, especialmente, no final desse período.

O artigo de Gisele Belusso e Terciane Ângela Luchese, intitulado “Representações acerca das práticas escolares no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Farroupilha/RS (1922-1954)”, orientado pelos pressupostos teórico-metodológicos da História Cultural, analisa a documentação de acervos escolares e pessoais, além de narrativas de História Oral de sujeitos escolares que estiveram no Colégio na condição de aluno (a), professoras e diretora. As autoras dão vida aos fazeres ordinários que configuram as práticas escolares trazidas à memória pelos sujeitos e nos permitem conhecer a organização dos tempos, dos espaços, do ensino, das rotinas, enfim, das culturas escolares da instituição privilegiada.

Também com uma abordagem histórica, o artigo de Karen Calegari Santos Campos e Regina Helena Silva Simões, “Educação do corpo “republicano” no Espírito Santo: modernização, controle e sociabilidade”, contempla um estudo sobre a educação dos corpos no contexto dos discursos e das reformas republicanas de início do século XX, em especial, durante o governo de Jerônimo de Souza Monteiro entre os anos de 1908 e 1912. Embaladas pelo ideário de modernidade e de superação do atraso representado pelo modelo de sociedade e de educação em curso, era necessário adequar os espaços da cidade, por meio das reformas urbanísticas, e educar os sujeitos para a nova ordem republicana. Nesse sentido, o que se vivencia é um investimento material e imaterial de construção de uma nova sociedade e de novos sujeitos, corpos educados, interditados, controlados, em conformidade com diferentes dispositivos e representações presentes nos discursos dos governantes daquele momento.

E, para fechar este número, o artigo de Laurici Vagner Gomes, intitulado “Zaratustra, o mestre cantor”, nos convida a refletir, por meio de uma abordagem nietzschiana, sobre a dramática transformação de um professor para ensinar o *eterno retorno*. Transformação e, também, autoformação, que envolve a relação com os seus discípulos, a comunicação do pensamento e a linguagem. Elementos que se inscrevem no próprio processo de construção da atividade filosófica pessoal de Nietzsche.

Aproveitem a leitura deste número!

Paz e Luz!

Vera Lúcia Nogueira
Agosto/2019.